



# Agenda política

## **Imagem internacional do Brasil no início do século XXI Percepções sobre a ascensão**

86

## **International image of brazil at the beginning of the 21st century Perceptions about rise**

Camila Maria Risso Sales<sup>1</sup>

**Resumo:** Partimos da ideia de que a primeira década dos anos 2000 foi um período em que houve uma mudança positiva em relação à percepção da imagem e do papel do Brasil no cenário internacional. Compreendendo que tradicionalmente o sistema político internacional funciona através de uma lógica de hierarquização dos Estados, pesquisas no âmbito das relações internacionais buscam também explicar o lugar que as unidades ocupam dentro desse sistema e o relacionamento que há entre elas com foco principal na análise dos recursos materiais de que dispõem. No entanto, acredita-se que é igualmente importante compreender como imagens e percepções são

---

\*Uma versão anterior deste texto foi publicada nos Anais do VII encontro da ABED.

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá; camilarisso@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1054-9753>.

construídas e estas dependem do contexto social, político e cultural em que o país está inserido, e devemos observar, portanto, para além dos recursos materiais, os significados constituídos coletivamente. A academia especializada é entendida, dessa forma, como um ator relevante para a compreensão desse processo. Nesse sentido, podemos dizer que as percepções sobre o lugar do Brasil no sistema internacional mudaram tanto a partir da imagem externa quanto de sua autopercepção. Um novo discurso sobre a ascensão e emergência do Brasil pode ser encontrado na mídia, na academia, nacional e estrangeira e no discurso oficial. Apesar de estarmos diante de um fenômeno recente, com bases próprias, não é completamente inédito. Nos anos 1970, diversas análises tratavam da emergência do Brasil com referências ao forte crescimento econômico. No entanto, essa visão vinha contrabalanceada por outra, negativa em relação a ausência de democracia, o desrespeito aos direitos humanos e à desigualdade social. O desenho do início do século XXI é outro. No que tange à produção acadêmica especializada e a mídia internacional, ambas passaram a descrever o país como uma potência em ascensão, reconhecendo-o como um ator global emergente. Diferentemente do que aconteceu durante a ditadura militar, o discurso e a percepção sobre o Brasil se assentaram no início dos anos 2000 em, basicamente, quatro fatores: o crescimento e a estabilidade econômica, o regime democrático, a redução da desigualdade social e a autossuficiência energética. Além disso, a potencialidade do Brasil como exportador, a forte presença do país nas instituições multilaterais e as relações com outros países em desenvolvimento, foram frequentemente destacadas. A percepção externa da ascensão do Brasil tem um correspondente interno, na assunção desse papel e, portanto na produção de um discurso de autopercepção como potência emergente tanto na política externa como na política de defesa. Nesse sentido, a construção da imagem do Brasil potência teve reflexos na determinação das diretrizes dessas políticas. Segurança e defesa nacional passam a ter outro *status* no momento em que o Brasil se assume como potência e é visto desta maneira pelos seus pares. Por isso, a importância da compreensão das novas percepções sobre o lugar do Brasil no sistema internacional dentro dos estudos de defesa.

**Palavras-chave:** Potência emergente; Política externa brasileira; Política de defesa.

**Abstract:** The assumption of this work is the idea that the first decade of the 2000s was a period in which is possible to see a positive change in relation to the perception on the image and the role of Brazil in the international scenario. Realizing that the international political system works through a hierarchical logic of states, researches in international relations also seek to explain the place the units occupy and the relationship that exists between them in this system with a primary focus on the analysis of material resources they have. However, it is believed that it is equally important to understand how images and perceptions are constructed. In this sense, we comprise that perceptions about Brazil's place in the international system have changed as much from the external image as from its self-perception and these depend on the social, political and cultural context in which the country is inserted, and for that reason we must observe, in addition to material resources, the meanings collectively constituted. The specialized academy is understood, therefore, as a

relevant actor to understand this process. A new discourse on the rise and emergence of Brazil can be found in the media, in the national and foreign academy, and in official discourse. Although we are faced with a recent phenomenon, with its own bases, it cannot be said that it is completely unprecedented. In the 1970s, several analyses dealt with the rise of Brazil with references to strong economic growth. In the 1970s, several analyses dealt with the emergence of Brazil with references to strong economic growth. Nonetheless, this view was counterbalanced by another, negative in relation to the absence of democracy, disrespect for human rights and social inequality. The context of the beginning of the 21st century is another. Both academic specialized production and the international media began to describe the country as a rising power, recognizing it as an emerging global player. Unlike what happened during the military dictatorship, the discourse and perception about Brazil in the early 2000s were settled in basically four factors: growth and economic stability, democracy, the reduction of social inequality and energy self-sufficiency. In addition, Brazil's potential as an exporter, the strong presence of the country in multilateral institutions and the relations with other developing countries, have often highlighted. The external perception of the rise of Brazil has an internal correspondent, in the assumption of this role and therefore in the production of a discourse of self-perception as an emerging power in both foreign policy and defence policy. In this sense, the construction of the image of Brazil as a power has had repercussions in determining the guidelines of these policies. National security and defence gain another status at the time that Brazil starts to see and be seen by its peers as power. Therefore, the importance of understanding the new perceptions about the place of Brazil in the international system within the defence studies.

**Key-words:** Emergent Power; Brazilian Foreign Policy; Defence Policy.

## 1. Introdução

Para as Relações Internacionais é importante compreender o lugar que os Estados ocupam no sistema internacional, o relacionamento que há entre estes, além das implicações deste posicionamento para as políticas externa e de defesa uma vez que se parte do princípio que há naquele, uma hierarquização. Nesse sentido, nos perguntamos: no século XXI, é possível detectar mudanças na percepção sobre o lugar do Brasil no sistema internacional? Propomo-nos a fazer uma análise que para além das capacidades materiais, cuja importância não pode ser negada, leve em conta também o discurso sobre a ascensão e a construção da imagem do Brasil como uma potência emergente. Assim, entendemos que estes fatores também são relevantes para a determinação do posicionamento do país no cenário internacional. No espaço que cabe a este artigo será tratada principalmente a percepção de setores

especializados, na academia, em relações internacionais e em política externa e de defesa, no entanto, é importante deixar claro que este é apenas um dos muitos aspectos que podem ser analisados.

Desta forma, partimos da compreensão de que os elementos que colaboram para as imagens e percepções sobre o posicionamento internacional de um Estado são complexos e multifacetados. Na dinâmica defendida pelo construtivismo esses fatores são compostos endógena e exogenamente devendo-se levar em conta, desse modo, fatores criados e projetados pelo próprio Estado e aqueles advindos do processo de socialização internacional. É o chamado processo de co-constituição, em que o perfil de um Estado depende do contexto social, político e cultural em que está inserido, isto é, dos significados constituídos coletivamente. Nesse sentido, os atores internacionais são moldados pelo meio em que atuam. A estrutura internacional é entendida como uma estrutura de conhecimento compartilhado que afeta não apenas o comportamento dos Estados, mas também sua identidade e seus interesses, num processo mais ou menos estável de construção de si e do outro (Wendt, 1999; Adler, 1999; Reus-Smit, 2002; Checkel, 1998; Lezaun, 2002).

89

Abre-se espaço, desta maneira, para pensarmos que, no jogo internacional, existem atores diversificados e relevantes que, nem sempre, têm sido considerados. É o caso, por exemplo, da academia especializada e da mídia internacional. Assim, é relevante destacar que a percepção desses atores configura-se como apenas um dos indicadores possíveis e estão mais ligados à formação de uma imagem do que, necessariamente, ao exercício efetivo do papel de potência e uso tradicional de suas capacidades materiais (Checkel, 1998). O conceito mais tradicional de potência é definido por Aron (2002) como a capacidade que as unidades têm de impor sua vontade às demais. Entretanto, acredita-se que além dos meios materiais, a definição de potência deve levar em conta o estatuto que os outros Estados conferem a uma determinada unidade política e o lugar em que os próprios Estados se colocam (Buzan e Waeber, 2003; Buzan, 2004b). Quanto ao conceito específico de potência emergente, é difícil precisar o momento de seu surgimento, mas alguns autores já o utilizam a partir dos anos 1970 (Cox, 1976). Perry e Kern (1978) atribuem a concepção de potência emergente àqueles países que passam a ser competidores cada vez mais

acreditados no ambiente internacional, ou que estejam emergindo para algum *status* de maior poder, como um ator internacional significativo<sup>2</sup>. Com o fim da bipolaridade no final do século XX esse conceito é retomado no sentido de se instituir categorias mais próprias de uma ordem multipolar complexificando o conceito de potências médias (Chapnick, 1999).

Também no que tange à política de defesa o posicionamento no sistema internacional pauta os rumos a serem tomados. A estruturação de tal política depende do papel desempenhado pelo país no cenário internacional, mas também contribui para que este papel seja definido, numa via de mão dupla.

O sistema internacional só pode ser compreendido se, além dos critérios objetivos de determinação do status de uma potência, sejam feitas considerações acerca da identidade desta. Nesse sentido, a percepção, tanto dos demais atores relevantes como do próprio Estado são elementos a serem considerados. Assim, para entender as mudanças no sistema internacional e as consequências destas não se deve olhar apenas para a distribuição internacional de poder em termos materiais, mas também para a estrutura normativa da sociedade internacional e como esta estrutura influencia na construção dos papéis a serem desempenhados pelos Estados e a percepção sobre estes. As análises que partem de critérios mensuráveis de poder são importantes, mas têm limites, pois retiram da discussão dois elementos relevantes. Primeiro o contexto, que nos leva a entender um quadro mais complexo de atuação das unidades no sistema internacional e também os motivos e valores que intervêm na discussão sobre poder e influência (Buzan, 2004a; Wendt, 1999; Buzan e Waever, 2003)

Desta maneira, a definição de categorias como potência média, potência emergente ou em ascensão é feita não apenas por atributos objetivos, mas por uma identidade criada interna e/ou internacionalmente. Buscamos compreender como entendimentos intersubjetivos são construídos para que se formem as estruturas básicas pelas quais os Estados se relacionam (Buzan, 2002). Da mesma forma, é possível discutir como o significado e o peso das ideias têm relevância na determinação da agenda internacional (Vigevani et al., 2011). Ainda, a abordagem construtivista a respeito das potências médias leva em conta a emergência histórica de discursos e ideologias

---

<sup>2</sup> “[...] increasingly credible power contender in the international environment” (p. 55).

específicos sobre política externa. Desta maneira, mesmo que lidemos com a critérios materiais é preciso também levar em consideração ideias e ideologias que motivam a atribuição de determinado *status* (Hurrell, 2000).

A proposta deste artigo é tentar entender um aspecto da construção da imagem do Brasil no início dos anos 2000 e algumas de suas implicações internas e internacionais da percepção sobre o país. Além disso, pretende-se mostrar que as ideias de emergência e ascensão que já haviam sido utilizadas como referência ao Brasil nos anos 1970, sendo resgatadas no início do século XXI, com bases diferentes, não apenas assentadas no crescimento econômico. Da mesma forma é relevante notar como este tipo de percepção sobre o posicionamento no cenário internacional pode influenciar as políticas de defesa e de segurança.

Para isso, este artigo está dividido em 3 partes além dessa introdução e das considerações finais. A primeira delas trata das referências à ideia de Brasil potência nos anos 1970. A segunda pretende discutir a atualização desta percepção nos anos iniciais do século XXI sendo que a terceira parte intenta fazer uma relação destas imagens sobre a potencialidade emergente com a concepção das políticas de defesa e de segurança.

## **2. O Brasil potência nos anos 1970**

A construção da imagem do Brasil como potência emergente ou em ascensão é um fenômeno que podemos encontrar na primeira década dos anos 2000, com bases próprias, mas não se pode dizer que seja completamente inédito. Nos anos 1970, diversas análises tratavam da emergência do país com referências ao forte crescimento econômico. O artigo de Willian Perry e Sheila Kern, “The Brazilian nuclear program in a foreign policy context”, publicado na revista *Comparative Strategy*, em 1978 destacava a potencialidade brasileira como nação em desenvolvimento: “In addition, it must be clearly recognized that among all the developing nations, Brazil is probably the most likely, over forthcoming decades, to enter the ranks of the world's principal power centers” (p. 66). Para os autores, o Brasil estaria avançando para se tornar um poder autônomo tendo um papel mais positivo e influente no mundo. Para

isso, o programa nuclear brasileiro era fundamental, uma vez que a relação entre o lugar ocupado por um Estado no sistema internacional reflete-se na política de defesa.

Acredita-se que o *status* de potência emergente foi atribuído ao Brasil, pela primeira vez, pelo próprio Perry, dois anos antes, em 1976, quando publica o livro *Contemporary Brazilian Foreign Policy: The International Strategy of an Emerging Power* (Perry, 1976). Este pode ser entendido como um marco fundamental da construção da percepção do Brasil como potência emergente. No mesmo ano, Ronald Schneider publicou *Brazil: Foreign policy of a future world power* (Schneider, 1976).

Análises estas que vinham reforçar outras, como a de Riordan Roett “Brazil ascendant: international relations and geopolitics in the late 20th century” que saiu no *Journal of International Affairs* em 1975 e a ainda anterior, de 1973, do livro de Donald Emmet Worcester, *Brazil, from colony to world power* que mesmo que não usassem tão claramente o termo potência emergente para se referirem ao Brasil, esta ideia já estava presente (Roett, 1975; Worcester, 1973). Há ainda documentos como o *Memorandum of Understanding Concerning Consultations on Matters of Mutual Interest* assinado por Henry A. Kissinger e Antonio F. Azeredo da Silveira em 1976, que demonstram o reconhecimento do Brasil como ator significativo no cenário internacional<sup>3</sup>.

Por outro lado, esse destaque dado à ascensão do Brasil, principalmente no campo econômico vinha contrabalanceado por uma visão bastante negativa relativa ao desrespeito aos direitos humanos, especialmente quanto ao emprego da tortura, à ausência de democracia e à grave desigualdade social. Esses aspectos apareceram em livros que tiveram grande repercussão internacional como *Estratégia do terror: A face oculta e repressiva do Brasil*, de Ettore Biocca publicado em Lisboa, em 1974 e “*Pau de Arara*” – *La Violence Militaire au Brésil*, nunca publicado em português, escrito por Bernardo Kucinski e Italo Tronca, de 1971. No Chile, Rodrigo Alarcon lança, também em 1971, *Brasil: repressión y tortura* (Biocca, 1974; Kucinski e Tronca, 1971; Alarcon, 1971).

---

<sup>3</sup> Não só em língua inglesa é possível encontrar publicações que destacavam a potencialidade brasileira, *Demain Le Brésil? Militarisme et Technocratie*, livro de Michel Schooyans, que foi editado pela primeira vez em 1977 é um exemplo disso (Schooyans, 1977).

Esses são exemplos de como o Brasil, nos anos 1970, era internacionalmente percebido a partir de dois marcos: a pujança econômica e o retrocesso político representado pela ditadura militar. A vista disso podemos dizer que há uma construção da percepção sobre a emergência do Brasil durante o chamado “milagre econômico”. Entende-se que imagens como esta, difundidas tanto pela academia como pela mídia internacional são elemento relevantes da estrutura de conhecimento compartilhado que influencia a imagem dos Estados.

### **3. Século XXI: Brasil potência emergente**

Conceitos como o potência emergente são entendidos construções sociais cujo valor analítico e valor efetivo se realizam com a aceitação deste *status* por parte de outros Estados, seriam categorias distintivas que abarcam Estados com posições e papéis diferentes no contexto internacional (Nolte, 2006).

Teóricos canadenses contribuíram para a construção do conceito de potência média e o posterior surgimento da categoria emergente descrevendo características importantes dessas como: liderança regional, potencial de gerenciamento de conflitos, desejo pelo status de potência e oposição às superpotências mais tradicionais. As potências emergentes fazem parte dos países em desenvolvimento e exercem com a concordância de seus vizinhos um papel estabilizador na região (Schoeman, 2000, Kenkel 2010).

O início dos anos 2000, em um cenário diverso daquele que se via nos anos 1970. O Brasil passou a aparecer, com frequência, tanto na produção científica especializada em relações internacionais quanto na mídia internacional como uma potência em ascensão, sendo reconhecido como um ator global emergente. O discurso e a percepção sobre o Brasil começaram a se assentar, nesse período, em basicamente quatro fatores: o crescimento e a sustentabilidade econômica, a estabilização da democracia política, a redução da desigualdade social e a autossuficiência energética. Além disso, a potencialidade do Brasil como exportador, a forte presença nas instituições multilaterais e as relações com outros países em desenvolvimento, começaram a ser frequentemente destacadas. Esses elementos são considerados importantes para a caracterização de uma potência emergente e o reconhecimento

disso pela academia especializada pode ser entendido como um fator relevante (Schoeman, 2000; Jordaan, 2003).

No que diz respeito à mudança da percepção internacional sobre o Brasil acredita-se que é possível localizar o ano de 2001 como um momento de inflexão, tanto na academia quanto na imprensa. É nesse ano que o conceito de potência emergente adquire nova importância. O Brasil, juntamente com Rússia, Índia e China são alçados a esse posto pelo banco de investimento Goldman Sachs que cunhou o termo BRICs e parece ter influenciado a construção de uma nova percepção sobre esses países (O'Neil, 2001; Herz e Lage, 2011). Nesse sentido: “This gigantic nation—be it in territorial, population, or economic terms—has been categorized as an emergent power at least since 2001, when a Goldman Sachs report defined it as a BRIC country” (Malamud, 2011, p. 4).

Além desse, outros momentos merecem relevo. Em 2003, a publicação de um segundo relatório, ainda mais otimista, do Goldman Sachs (Wilson e Purushothaman, 2003), a atuação do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC), com a criação do G-20 na Conferência de Cancun e o nascimento da Aliança entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) refletem a percepção sobre o Brasil e sua disposição em colocar-se mais ativamente no cenário internacional (Oliveira, 2005). É marcante também todo o processo desencadeado pela crise mundial de 2008, menos pela crise em si, mas principalmente pelo fato de o Brasil ter sofrido menos, naquele momento, do que os analistas esperavam em comparação com outros países gerando interesse e expectativas internacionais. (Kingstone, 2009; Oliveira, 2005).

A percepção sobre a ascensão do Brasil pode ser vista em um número grande de artigos de cunho acadêmico e jornalístico que destacam a potencialidade de atuação como liderança não só regional, mas dos países em desenvolvimento. Andrew Hurrell, um dos pioneiros nos estudos sobre a emergência do Brasil no sistema político internacional publicou na *Current History*, respectivamente em 2008 e 2010 “Lula’s Brazil: a rising power but going where?” e “Brazil and the new global order”. Os dois artigos destacam o papel proeminente da política externa brasileira nos governos Lula, cujo tom foi de inserção do Brasil no mundo como uma potência (Hurrell, 2008; 2010a). É também de 2010 o capítulo de Hurrell “Brazil: what kind of rising state in

what kind of institutional order”, publicado no livro *Rising states, rising institutions: challenges for global governance* (Hurrell, 2010b)<sup>4</sup>. Neste, o autor também enfatiza a proeminência global adquirida pelo Brasil em passagens como: “Building on President Lula’s extraordinary personal popularity, the country’s continued economic stability, and the success of its more assertive foreign policy, Brazil has undoubtedly acquired a new global prominence” (p. 128). Nessa mesma linha, em 2008, na *Foreign Affairs*, uma das mais importantes revistas de Relações Internacionais do mundo é publicado o artigo “Brazil’s Big Moment-A South American Giant Wakes Up” (Onis, 2008)<sup>5</sup>. A referência a esses artigos longe de querer esgotar todo o rol de publicações sobre o Brasil no período recente traz exemplos importantes da visibilidade adquirida pelo Brasil na literatura especializada em Relações Internacionais.

Na imprensa também são diversas manifestações nesse sentido. Destacamos dois artigos do *The Wall Street Journal*, “Brazil Joins Front Rank of New Economic Powers” (Moffett, 2008) e “Economy Fuels Brazil’s Ambitions Beyond South America” (Lyons, 2009). Na mesma linha a revista *The Economist*, em novembro de 2009, dá a sua capa ao Brasil, e destaca que o B dos BRICs tem vantagens em relação aos outros Estados. Diferentemente da China, o Brasil seria uma democracia e diferentemente da Índia não sofre com conflitos étnicos, religiosos ou com a hostilidade de seus vizinhos e ao contrário da Rússia, tem uma pauta diversificada de exportações que vai além do petróleo e das armas, conferindo ainda maior respeito aos investidores (2009)<sup>6</sup>. O artigo “From poverty to power: how good governance made Brazil as a model nation” do *Spiegel Online* em outubro de 2012 e ainda, em fevereiro de 2013, a capa da *Financial Times Magazine* com *Here comes Brazil* e artigos como: “Brazil: the first big ‘soft’ power” e “A place at the top of the tree” são demonstrações de como a imprensa, mesmo em veículos considerados conservadores estava atenta ao papel desempenhado pelo Brasil (Follath e Gluesing, 2012; Leahy, 2013; Spektor, 2013).

A percepção da academia e da imprensa internacional sobre a ascensão do Brasil é reforçada por alguns organismos internacionais. É o caso da *Commission of European*

---

<sup>4</sup> ALEXANDROFF, Alan S. e COOPER, Andrew F. (org.).

<sup>5</sup> De acordo com o *Journal Citation Reports Social Sciences Edition*, 2011, a Revista *Foreign Affairs* ocupa a sexta colocação segundo o *Impact Factor*.

<sup>6</sup> Além da reportagem de capa a revista dispensa 15 páginas para a publicação de artigos como “Condemned to Prosperity” e “A better today”.

*Communities*, que no documento “Communication from the Commission to the Council and the European Parliament: Towards an EU-Brazil Strategic Partnership (COM 281)” publicado em maio de 2007 traz referências como: “Over the last years, Brazil has become an increasingly significant global player and emerged as a key interlocutor for the EU” [...] “The time has come to look at Brazil as a strategic partner as well as a major Latin American economic actor and regional leader” [...] “Over the last few years Brazil has emerged as a champion of the developing world in the UN and at the WTO”. [...] “In recent years Brazil has assumed a leading role on behalf of developing countries in the WTO, notably in agricultural trade and through the G20 group” (2007, p. 2-4). Essas citações são ilustrativas de como imagens relacionadas ao conceito de potência emergente, como a de liderança regional, país em desenvolvimento e ator multilateral estavam presentes também nesses documentos de interesse internacional (Kenkel, 2010).

96

O Brasil também ocupou a atenção do *Council on Foreign Relations* dos Estados Unidos da América. O conselho, que é um órgão independente do governo americano, lança, periodicamente, uma publicação chamada *Task Force*. Em duas oportunidades, o Brasil foi tema deste documento - em 2001, “A Letter to the President and a Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil” e, em 2011, “Global Brazil and U.S. - Brazil Relations”. A primeira dessas publicações tem 17 páginas e não coloca, em momento algum, o Brasil na condição de potência emergente ou em ascensão no sistema internacional (Robert e Maxwell, 2001). A segunda conta com 125 páginas e nela vemos referências como: “[...] a significant power and presence on the world stage” (p. 3); “And Brazil must adjust to its new role as a global power” (p. 5); “[...] now be counted among the world’s pivotal powers. Brazil” (p. 7); “[...] a new potential hegemon with its sights set on global power” (p. 54); “[...] Brazil’s emerging role as a global power” (p. 80) (Bodman et al., 2011). Isso sinaliza que a posição dos Estados Unidos em relação ao Brasil pode ter sido alterada, havendo uma mudança na percepção do lugar do Brasil na política externa norte-americana fazendo referência a elementos importantes para a caracterização de uma potência emergente.

Ainda, o *National Intelligence Council* que é o órgão ao qual está submetida a política de inteligência norte-americana publica, a cada cinco anos um documento

chamado *Global Trends*. Entre o final dos anos 1990 e o ano de 2012 foram publicadas cinco edições. No primeiro documento, de dezembro de 1997, o *Global Trends 2010*, o Brasil é citado uma única vez numa referência a ideia de que, junto com o México, seria uma voz dominante na cooperação e integração econômica do continente. No *Global Trends 2015*, de dezembro de 2000, são 10 citações do Brasil, num documento que também cresceu bastante em comparação ao primeiro. O *Global Trends 2020* de dezembro de 2004, o Brasil aparece em 15 momentos. Na publicação de novembro de 2008 são 22 inserções, com trechos do documento dedicados exclusivamente ao Brasil. E, no último documento, o *Global Trends 2030* há 31 referências ao Brasil, destacando-o diversas vezes como potência. Esse crescente no número de vezes que o Brasil é citado num documento oficial da inteligência norte-americana pode ser sintomático de uma percepção sobre a ascensão do Brasil nos primeiros anos do século XXI<sup>7</sup>.

97

Há ainda, uma quantidade considerável de livros que foram publicados sobre a emergência do Brasil no cenário internacional. Apesar de não apresentarmos uma listagem exaustiva da produção internacional sobre o Brasil, alguns títulos merecem ser destacados. O embaixador americano Lincoln Gordon publicou em 2001 *Brazil's Second Chance: En Route Toward the First World* (Gordon, 2001). Depois de 2008, há um número significativo de publicações, o que se supõe seja um efeito também do enfrentamento do Brasil à crise. Em 2009, é editado o livro *Brazil under Lula: Economy, Politics, and Society under the Worker-President* dos professores da Universidade de Illinois, Joseph L. Love e Werner Baer e também *Brazil as an Economic Superpower?: Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy* de Lael Brainard e Leonardo Martinez-Diaz ambos funcionários do Departamento do Tesouro do governo Barack Obama (Love e Baer, 2009; Brainard e Martinez-Diaz, 2009). Riordan Roett que já havia escrito sobre o Brasil nos anos 1970 volta ao tema com *The New Brazil*, em 2011 (Roett, 2011). *Brazil on the Rise: The Story of a Country Transformed* é lançado em 2012 por Larry Rohter que foi correspondente do *The New York Times* no Brasil (Rohter, 2012).

Especificamente em relação aos periódicos da área de relações internacionais é possível perceber que houve, naquele período um aumento no número de artigos

---

<sup>7</sup>Com exceção apenas do primeiro documento com apenas 7 páginas, os outros têm entre 98 e 160 páginas, ou seja, são relativamente extensos.

publicados sobre o Brasil. Para este levantamento dividimos a pesquisa em duas partes. A primeira delas consistiu em um levantamento, através da plataforma *Web of Knowledge* dos periódicos estrangeiros sobre relações internacionais que pontuaram no *Impact Fator*<sup>8</sup>. Estão listados 81 periódicos. A segunda parte consistiu na busca de artigos que tratassem especificamente do Brasil, desde o surgimento dos periódicos e depois especificamente entre 2001 e 2013. Do total de periódicos pesquisados, 25 nunca produziram artigos que mencionassem o Brasil e 10 não possuíam artigos com referência ao Brasil no período mais recente (2001 a 2013) e foram, por isso, retirados da amostra. Dessa forma, 46 periódicos puderam ser localizados através dos critérios propostos e da busca da palavra-chave *Brazil*. Isso fez com que o universo da pesquisa fosse de 46 revistas com um total de 452 artigos sobre o Brasil e 259 no período mais recente.

A tabela abaixo mostra as revistas científicas na área de relações internacionais selecionadas para esta pesquisa e ordenadas segundo o *Impact Factor* e destaca os artigos publicados sobre o Brasil sendo que em negrito estão aqueles publicados mais recentemente demarcando o aumento das publicações nesse período. Desta forma, 57,3% dos artigos publicados sobre o Brasil ao longo da história dos periódicos pesquisados concentram-se entre 2001 e 2013, período que entendemos como de aumento da percepção da academia internacional sobre a emergência do Brasil.

---

<sup>8</sup> Índice construído a partir do número de citações que a revista teve em 2011, da ferramenta *Journal Citation Reports – Social Sciences Edition* (2011).

Tabela 1: Revistas acadêmicas sobre relações internacionais ordenadas segundo o fator de impacto

Colocação/ impact factor	Revista	País/ idioma	Artigos: termo de busca - Brazil	Ano de publicação dos artigos (número de artigos)	Artigos (2001 a 2013)
1/3,025	World Politics	EUA/ing.	17	1957, 1969, 1984, 1986(2), 1987, 1993, 1994, 1995, 1996, 2000, 2003(2), 2007, 2010(2), 2012	6
6/2,034	Foreign Affairs	EUA/ing.	43	1962, 963, 1965, 1971, 1975, 1978(2), 1982, 1986, 1989, 1992, 1994, 1995, 1996(2), 1997, 1999(8), 2000(5), 2003, 2004, 2006, 2007, 2008 (2), 2009, 2010(6), 2011	14
9/1,865	Marine Policy	Ing./ing.	14	1982, 1995, 2002, 2004(2), 2007(2), 2008(2), 2010(2), 2011, 2012, 2013	12
11/1,352	European Journal of International Relations	Ing./ing.	1	2010	1
12/1,314	European Journal of International Law	EUA/ing.	1	2011	1
14/1,265	International Studies Quarterly	EUA/ing.	2	1996, 2002	1
15/1,256	International Affairs	Ing./ing.	73	1958(2), 1962, 1964, 1965, 1968(2), 1969(3), 1970(5), 1971(4), 1972(2), 1977(2), 1978(2), 1979(2), 1980(4), 1982(2), 1983(2), 1984, 1987(2), 1988, 1989(2), 1990, 1991, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998(2), 1999(2), 2000(2), 2001, 2002(2), 2003(2), 2005, 2006(3), 2008(4), 2009, 2010(3), 2011(3), 2012	21
18/1,095	International Journal of Transitional Justice	Ing./ing.	1	2010	1
19/1,079	World Trade Review	Ing./ing.	4	2009(2), 2010, 2011	4
21/1,039	Review of International Political Economy	Ing./ing.	5	2002, 2006(2), 2009, 2011	5
22/1,038	New Political Economy	EUA/ing.	2	2006, 2012	2
23/1,034	Pacific Review	Ing./ing.	2	2007, 2010	2
24/1,032	Security Dialogue	Nor/ing.	2	1996, 2009	1
25/0,953	Emerging Markets Finance and Trade	EUA/ing.	6	2005, 2006, 2009(2), 2011(2)	6
27/0,915	Terrorism and Political Violence	Ing./ing.	1	2007	1
29/0,864	Security Studies	Ing./ing.	2	2011, 2012	2
30/0,857	Stanford Journal of International Law	EUA/ing.	1	2003	1
32/0,778	Review of World Economics	Ale/ing.	3	2003, 2007, 2008	3
33/0,775	Washington Quarterly	EUA/ing.	3	1995, 1998, 2001	1
35/0,74	International Studies Review	EUA/ing.	2	2008, 2010	2
37/0,691	Millennium - Journal of International Studies	Ing./ing.	5	1986, 1987, 1991, 2001 (2)	2
38/0,688	World Economy	Ing./ing.	9	1987, 1988, 2004, 2005, 2007, 2010, 2011(2), 2012	7
39/0,65	Studies in Comparative International Development	EUA/ing.	45	1975, 1976, 1979, 1981, 1982, 1983, 1986(5), 1989, 1991, 1992(2), 1993(2), 1994(3), 1995, 1996(2), 1998, 1999, 2000(2), 2001(2), 2002(3), 2004(3), 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011(3), 2012(2)	18
41/0,613	Survival	Ing./ing.	4	2004, 2009, 2010(2)	4
42/0,585	International Peacekeeping	Ing./ing.	4	2009, 2010(3)	4
44/0,559	International Journal of Conflict and Violence	Ale/ing.	3	2011(3)	3
48/0,533	International Relations	Ing./ing.	3	2008(2), 2012	3
49/0,529	International Studies Perspectives	EUA/ing.	1	2008	1
50/0,5	Space Policy	Ing./ing.	13	1995(2), 1996, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005(3), 2008, 2011, 2012	8
52/0,469	Cornell International Law Journal	EUA/ing.	1	2008	1
53/0,435	Global Governance	EUA/ing.	3	2000, 2011(2)	2
53/0,435	Bulletin of the Atomic Scientists	EUA/ing.	9	1976, 1977, 1991, 1992, 1996, 2001, 2003, 2010(2)	4
57/0,417	Latin American Politics and Society	EUA/ing.	75	2001(5), 2002(6), 2003(4), 2004(6), 2005(7), 2006(5), 2007(5), 2008(6), 2009(11), 2010(6), 2011(10), 2012(4)	75
59/0,404	Journal of the Japanese and International Economies	EUA/ing.	3	2006, 2010, 2012	3
61/0,361	Journal of World Trade	Hol/ing.	7	1990, 1999, 2009, 2010(4)	5
62/0,360	Korea Observer	Coreia do Sul/ing.	1	2010	1
63/0,345	Cambridge Review of International Affairs	Ing./ing.	2	2012(2)	2
64/0,343	International Relations of the Asia-Pacific	Ing./ing.	1	2007	1
66/0,308	Journal of Human Rights	Ing./ing.	1	2011	1
68/0,247	Internasjonal Politikk	Noruega/vários	10	1999, 2004, 2006, 2011(7)	9
70/0,233	Columbia Journal of Transnational Law	EUA/ing.	6	1984, 1995, 2000, 2001, 2006, 2007	3
76/0,151	Current History	EUA/ing.	50	1957, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964(2), 1965(2), 1966(2), 1967, 1969, 1972(3), 1973(2), 1974(2), 1976, 1977, 1978, 1980, 1981(3), 1982(2), 1985, 1986, 1987, 1989, 1990(3), 1991, 1992, 1993, 1998, 1999, 2003, 2006, 2007, 2008, 2010(3), 2011, 2012	9
78/0,128	Uluslararası İlişkiler - International Relations	Turquia/turco ing.	2	2009, 2010	2
79/0,106	World Policy Journal	EUA/ing.	6	1987, 1988, 1991, 1994, 1999, 2010	1
80/0,053	Asia Europe Journal	Ale/ing.	1	2012	1
81/0,00	Internationale Politik	Ale/ale-ing.	3	2000, 2005, 2012	2
<b>Total de revistas pesquisadas</b>					<b>46</b>
<b>Total de artigos no período determinado para a pesquisa</b>					<b>259</b>

Fonte: *Web of Knowledge/Journal Citation Reports – Social Sciences Edition (2011)* – Tabela elaborada pela autora.

Apenas a título de comparação preliminar foi feito um breve levantamento do conteúdo da produção sobre o Brasil em periódicos internacionais especializados nos anos 1980 e 1990, através da busca de palavras-chave nos títulos dos artigos, visto que esses são um indicador importante. Nos periódicos pesquisados não foi encontrada

nestes nenhuma referência que conectasse o Brasil a ideias como: *power* (entendido como potência), *economic superpower*, *rising power*, *emerging power* e *global player*. No entanto, apenas nos 5 periódicos mais bem colocados segundo o *Impact Factor* existem 18 artigos com esse tipo de referência entre 2001 e 2013. Nesse sentido, podemos dizer que há indicativos na academia de uma percepção sobre a ascensão do Brasil no início do século XXI. Podemos questionar sobre quais bases esta percepção está assentada e ainda é possível especular que tenha tido curta duração, no entanto não podemos negar que ela existiu e pode ser entendida como uma fator de construção de imagens relevante, assim como outros, como a atuação em órgãos multilaterais.

Essa imagem externa da ascensão do Brasil tem um correspondente interno, na disposição em assumir tal papel e, portanto na produção de um discurso de autopercepção como potência emergente. O discurso do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no almoço oferecido aos formandos do Instituto Rio Branco em 19 de setembro 2003 é um exemplo deste autoposicionamento do Brasil como potência emergente:

O Brasil é um país por demais importante e muitas vezes não fomos mais importantes porque, muitas vezes, não nos demos importância. O governo tem a decisão política de fazer com que o país utilize todo o seu potencial de ousadia, todo o seu potencial de política externa, para inserir o Brasil no mundo como um país grande, um país que gosta de respeitar e, ao mesmo tempo, um país que quer ser respeitado (Lula da Silva, 2003, p. 3).

É possível perceber posicionamento semelhante em falas da presidenta Dilma Rousseff que o sucedeu. No discurso durante a cerimônia de abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York nos Estados Unidos da América pode-se visualizar:

É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda (Rousseff, 2011).

A inserção ativa e ativa no sistema internacional, definida assim pelo Ministro das Relações Exteriores do governo Lula, Celso Amorim, foi reforçada pela eleição de brasileiros como representantes e também para a direção de algumas das mais importantes organizações internacionais. Foi o caso de José Graziano na Food and Agriculture Organization (FAO), do embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo na Organização Mundial de Comércio (OMC) e ainda de Paulo de Tarso Vannuchi na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A própria disponibilidade do Brasil de colocar candidatos nesse tipo de disputa é significativa do tipo de inserção nos foros internacionais pretendida pelo país e deve-se somar aos fatores que foram importantes para a construção da imagem de potência emergente.

101

#### **4. Segurança e Defesa Nacional**

Não se pode negar que há e deve haver uma forte articulação entre a política externa e a política de defesa nacional. O lugar do Brasil no sistema político internacional é fundamental para a definição de ambas as políticas, assim como elas são, entre outros, fatores importantes na determinação do posicionamento brasileiro nesse cenário.

No entanto, é fundamental perceber como a Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto 5.484, de 30 de junho de 2005 que pela primeira vez, em sua formulação, contou com a participação de civis trata a questão do papel a ser desempenhado pelo Brasil no âmbito da segurança e da defesa nacional (Martins Filho, 2010).

O documento define segurança como “condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais”. A ideia de defesa está muito mais

conectada a uma definição prática e vinculada mais propriamente à ação militar. É entendida como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Brasil, 2005).

Interessa-nos entender também como o Brasil se autoposiciona nesse tipo de documento, quais são as responsabilidades que o Brasil assume e quais são os custos que o país estaria disposto a arcar para desfrutar do *status* de potência emergente não só na seara econômica. A Política de Defesa Nacional define o Brasil como um país em contínuo desenvolvimento e coloca entre os seus objetivos “a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais” e destaca que “não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas” (Brasil, 2005, s/p). Desta forma, está entre as orientações estratégicas da Política de Defesa Nacional, a ampliação da projeção do Brasil no sistema internacional, pela via das ações humanitárias e das missões de paz, como podemos ver no item 6.17 da política: “Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais”. O que é reforçado no item 7 que trata das diretrizes da Política de Defesa Nacional que prevê que o Brasil deve “participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil” (Brasil, 2005, s/p).

Segundo Martins Filho a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) tinha como propósito “fortalecer a imagem externa dos militares brasileiros, no quadro da orientação mais geral da política externa brasileira” (2010, p. 302). Durante o governo Lula houve uma intensificação na busca de um papel de agente mais destacado nas relações internacionais, principalmente no contexto regional, a participação tanto civil como militar no esforço de reconstrução do Haiti seria um exemplo desta busca (Abdenur et al., 2017; Correa, 2012).

Apesar da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto 6.703 de 18 e dezembro de 2008 (END) não citar a Política de Defesa Nacional (2005) que seria o principal documento em matéria de defesa no Brasil, ambos apresentam projeções para o futuro, futuro em que, acredita-se, o Brasil ocuparia lugar de relevância no cenário internacional (Oliveira, 2009). Na END o Brasil é definido como um “País em desenvolvimento” [...] que “ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação” (Brasil, 2008, s/p). No mesmo documento, a importância da defesa é destacada quando se trata da assunção de um papel de protagonista no mundo “se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças”. A aliança entre defesa e desenvolvimento também é tema, admitindo-se que a Estratégia Nacional de Defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento e que um “Projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento”. As Forças Armadas desejam ter capacidade para a projeção de poder nas áreas que consideram de interesse estratégico. Esses elementos da Estratégia Nacional de Defesa demonstram claramente que a inserção do Brasil no mundo é relevante para o tema da defesa.

Nesse mesmo sentido, uma das hipóteses de emprego das Forças Armadas trazida pela END é a de participação do Brasil em operações de paz e humanitárias que sejam regidas por organismos internacionais. Além dessas, são destacadas ações para a manutenção da estabilidade regional e para a cooperação nas áreas de fronteira a serem desenvolvidas pelo Ministério da Defesa em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores. Ainda, os dois ministérios somar-se-iam às Forças Armadas para “contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa” (2008, s/p).

Esse perfil é destacado na Exposição de Motivos Interministerial redigida por Nelson Jobim então Ministro da Defesa e Mangabeira Unger, ora Secretário de Assuntos Estratégicos:

Os ministros Jobim e Mangabeira Unger obtiveram a aprovação do presidente da República para um documento orientador da Defesa

Nacional. Eles afirmam o seguinte no documento 'EM Interministerial nº 00437/md/sae-pr', que dirigiram ao Presidente: 'tendo o Brasil crescido economicamente e ampliado seu perfil internacional, deve agora adotar 'uma nova postura no campo da Defesa', implicando a reforma do ministério da Defesa e a reorganização das Forças Armadas' (Oliveira, 2009, p. 75).

Vê-se, portanto, que a política de defesa vem a ser mais um elemento a somar-se à percepção do Brasil como potência emergente que se constrói desde o início do século XXI, percepção esta que não é inédita, mas que apareceu com bastante força nos primeiros na década de 2000.

## **5. Considerações finais**

Este artigo teve o intuito de apresentar um levantamento preliminar sobre a percepção acerca do lugar do Brasil no sistema político internacional a partir da percepção da academia especializada e da imprensa internacional cotejando essa percepção externa como fatores discursivos e documentais internos. É importante salientar que esta é apenas uma das facetas relevantes de análise e, portanto um dos indicadores possíveis da ascendência internacional do Brasil. No entanto, mais que discutir se o Brasil realmente se qualifica ou qualificou como potência emergente esse artigo procurou demonstrar que essa percepção existiu, interna e externamente e foi crescente principalmente na primeira década dos anos 2000. Dessa forma, a proposta foi avaliar como uma imagem da ascensão do Brasil foi construída no início do século XXI e que elementos dessa imagem podem ser encontrados na academia especializada em relações internacionais, na imprensa e em documentos publicados tanto no Brasil quanto no exterior. A orientação teórica a partir do construtivismo norteou a pesquisa para elementos que vão além da capacidade material dos Estados.

No curso da investigação foi possível compreender que o tratamento do Brasil como potência emergente ou em ascensão é um fenômeno que pode ser detectado ainda nos anos 1970, ligado ao crescimento do país na fase do chamado Milagre Econômico. Neste período, ao mesmo tempo em que o Brasil se destacava na economia, o cenário político era considerado pelos observadores internacionais como de desrespeito aos direitos humanos e às instituições democráticas. No entanto, nos

anos iniciais do século XXI, desde o relatório do Goldman Sachs que cunha o termo BRICs, diversas referências ao Brasil como potência emergente ou em ascensão têm sido feitas, mas estas sustentadas em outras bases, além da estabilidade econômica, o contexto democrático, a redução das desigualdades sociais e os avanços na área energética são citados com frequência.

A percepção que o país tem de si mesmo vai no mesmo sentido da imagem construída internacionalmente, tanto na política externa quanto na política de defesa. Analisando o Decreto 5.484 de 2005 que trata da Política de Defesa Nacional e o Decreto 6.703 de 2008 que estabelece a Estratégia Nacional de Defesa é possível verificar que ambos os documentos dão destaque para o processo de emergência do Brasil no cenário internacional. Desta forma, avalia-se que, em certa medida, há uma aproximação do discurso internacional com o interno no que tange à construção de uma ideia do Brasil como potência emergente na primeira década dos anos 2000.

## Referências

105

ABDENUR, Adriana Erthal, et al. (2017). "Brazil and MINUSTAH: Lessons from academic literature." *Brazil's participation in MINUSTAH (2004-2017)*.

ADLER, Emanuel (1999). "O construtivismo no estudo das relações internacionais." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (47), p. 201-246. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451999000200011&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200011&nrm=iso) >. Acesso em: 11 ago. 2015.

ALARCON, Rodrigo (1971). *Brasil: represión y tortura*. Santiago: Editorial Orbe.

ARON, Raymond (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UNB/IPRI.

BIOCCA, Ettore (1974). *Estratégia do terror: a face oculta e repressiva do Brasil*. Lisboa: Iniciativas.

BODMAN, Samuel W. , et al. (2011). *Task force report: Global Brazil and U.S.-Brazil Relations*. Council on Foreign Relations.

BRAINARD, Lael, MARTINEZ-DIAZ, Leonardo (2009). *Brazil as an economic superpower?: understanding Brazil's changing role in the global economy*. Washington: Brookings Institution Press.

BRASIL. Decreto 5.484, de 30 de junho de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm). Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. Decreto 6.703 de 18 e dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm). Acesso em: 20 jun. 2017.

BRAZIL TAKES OFF (ed.) (2009). *The Economist*, 14 abr., p. 13.

BUZAN, Barry (2002). "As implicações do 11 de Setembro para o estudo das relações internacionais." *Contexto Internacional*, 24 (2), p. 233-265. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292002000200001&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000200001&nrm=iso) >. Acesso em: 11 ago. 2015.

BUZAN, Barry (2004a). *From international to world society?: English school theory and the social structure of globalisation, Cambridge studies in international relations*. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press.

BUZAN, Barry (2004b). *The United States and the great powers: world politics in the twenty-first century*. Cambridge: Polity.

106

BUZAN, Barry, WAEVER, Ole (2003). *Regions and powers: the structure of international security*. Vol. 91. Cambridge: Cambridge University Press.

CHAPNICK, Adam (1999). "The middle power." *Canadian Foreign Policy Journal*, 7 (2), p. 73-82.

CHECKEL, Jeffrey T. (1998). "The Constructivist Turn in International Relations Theory." *World Politics*, 50 (2), p. 324-348. doi: 10.2307/25054040. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/25054040> >. Acesso em: 3 fev. 2016.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (2007). "Towards an EU-Brazil Strategic Partnership". Bruxelas, v. COM 281. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0281&from=EN> >. Acesso em: 3 fev. 2016.

CORREA, Paulo Gustavo (2012). "Desenvolvimento e Cooperação Internacional: um olhar sobre os projetos do Brasil e Estados Unidos na MINUSTAH." *Meridiano 47*, 13 (130), p. 36-43.

COX, Robert W (1976). "On thinking about future world order." *World Politics*, 28 (2), p. 175-196.

FOLLATH, Erich, GLUESING, Jens (2012). "From poverty to power: how good governance made Brazil as a model nation." *Spiegel Online*, 8 out. Disponível em: <

<http://www.spiegel.de/international/world/good-governance-series-how-brazil-became-a-model-nation-a-843591.html> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

GORDON, Lincoln (2001). *Brazil's second chance: En route toward the first world*. Washington: Brookings Institution Press.

HERZ, Monica, LAGE, Victor Coutinho (2011). "BRICS e Questão Nuclear: Contestações e Rearfirmações diante dos Mecanismos de Governança Global." *Carta Internacional*, 6 (2), p. 31-54. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/37> >. Acesso em: 6 dez. 2015.

HURRELL, Andrew (2000). "Some reflections on the role of intermediate powers in international institutions." *Paths to Power: Foreign Policy Strategies of Intermediate States, Latin American Program, Woodrow Wilson International Centre, Working Paper*, 244, p. 23-41. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/ACF14A1.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

HURRELL, Andrew (2008). "Lula's Brazil: A Rising Power, but Going Where?" *Current History*, 107 (706), p. 51-57. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/200779458?accountid=11862> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

HURRELL, Andrew (2010a). "Brazil and the New Global Order." *Current History*, 109 (724), p. 60-66. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/200740742?accountid=11862> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

HURRELL, Andrew (2010b). "Brazil: What kind of rising state in what kind of institutional order." In *Rising States, Rising Institutions. Challenges for Global Governance*, edited by Alan S. Alexandroff and Andrew Fenton Cooper, 128-150. Baltimore: Brookings Institution Press.

JORDAAN, Eduard (2003). "The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers." *Politikon*, 30 (1), p. 165-181.

KENKEL, Kai Michael (2010). "South America's emerging power: Brazil as peacekeeper." *International Peacekeeping*, 17 (5), p. 644-661.

KINGSTONE, Peter (2009). "Brazil: The Sleeping Giant Awakens." *World Politics Review*, 12 (1), p.

KUCINSKI, Bernardo, TRONCA, Italo (1971). *"Pau de Arara" – La Violence Militaire au Brésil*. Paris: Cahiers Libres.

LEAHY, Joe (2013). "Brazil: the first big 'soft' power." *Financial Times*, 22 fev.

LEZAUN, Javier (2002). "Limiting the Social: Constructivism and Social Knowledge in International Relations." *International Studies Review*, 4 (3), p. 229-234. doi: 10.1111/1521-9488.00272. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/1521-9488.00272> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

LOVE, Joseph, BAER, Werner (2009). *Brazil under Lula: economy, politics, and society under the worker-president*. New York: Springer.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio (2003). "Discurso proferido pelo senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço oferecido aos formando do Instituto Rio Branco." Brasília, 19 set.

LYONS, John (2009). "Economy Fuels Brazil's Ambitions Beyond South America." *Wall Street Journal*, 6 fev. Disponível em: < <http://www.wsj.com/articles/SB123397388345159609> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

MALAMUD, Andrés (2011). "A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy." *Latin American Politics and Society*, 53 (3), p. 1-24. doi: 10.1111/j.1548-2456.2011.00123.x. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/j.1548-2456.2011.00123.x> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

MARTINS FILHO, João Roberto (2010). "Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França." *Revista Brasileira de Ciência Política* (4), p. 283-306.

MOFFETT, Matt (2008). "Brazil Joins Front Rank of New Economic Powers." *Wall Street Journal*, 13 mai. Disponível em: < <http://www.wsj.com/articles/SB121063846832986909> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (1997). "Global Trends 2010". Washington, Disponível em: < <https://www.dni.gov/index.php/about/organization/national-intelligence-council-global-trends/global-trends-2010> >. Acesso em: 21 mar. 2017.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2000). "Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts". Washington, Disponível em: < [http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_2015%20Report.pdf](http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_2015%20Report.pdf) >. Acesso em: 3 fev. 2016.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2004). "Global Trends 2020: Mapping the global future". Washington, Disponível em: < [https://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends\\_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf) >. Acesso em: 21 mar. 2017.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2008). "Global Trends 2025: A Transformed World". Washington, Disponível em: < <http://www.aicpa.org/research/cpahorizons2025/globalforces/downloadabledocuments/globaltrends.pdf> >. Acesso em: 3 fev. 2016.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2012). "Global Trends 2030: Alternative Worlds". Washington, Disponível em: < [https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends\\_2030.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf) >. Acesso em: 21 mar. 2017.

NOLTE, Detlef (2006). "Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis." *GIGA working papers* (30), p.

O'NEIL, Jim (2001). "Building better global economic BRICs." *Goldman Sachs, Global Economics Paper* (66), p. 1-16. Disponível em: < <http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf> >. Acesso em: 11 ago. 2015.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (2009). "A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas." *Interesse Nacional, Abril/Junho*, p. 71-83.

109 OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (2005). "Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (2), p. 55-69. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/rbpi/v48n2/a03v48n2.pdf> >. Acesso em: 21 mar. 2017.

ONIS, Juan de (2008). "Brazil's Big Moment: A South American Giant Wakes Up." *Foreign Affairs*, 87 (6), p. 110-122. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/20699375> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

PERRY, William (1976). *Contemporary Brazilian foreign policy: the international strategy of an emerging power*. Edited by Library Canning House. Beverly Hills: Sage Publications.

PERRY, William, KERN, Sheila (1978). "The Brazilian nuclear program in a foreign policy context." *Comparative Strategy*, 1 (1-2), p. 53-70. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01495937808402565> >. Acesso em: 27 nov. 2014.

REUS-SMIT, Christian (2002). "Imagining society: constructivism and the English School." *The British Journal of Politics & International Relations*, 4 (3), p. 487-509. doi: 10.1111/1467-856X.00091. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/1467-856X.00091> >. Acesso em: 12 ago. 2015.

ROBERT, Stephen, MAXWELL, Kenneth R. 2001. Task force report: A Letter to the President and a Memorandum on U.S. Policy Toward Brazil. Council on Foreign Relations.

ROETT, Riordan (1975). "Brazil ascendant: international relations and geopolitics in the late 20th century." *Journal of international affairs*, 29 (2), p. 139-154. Disponível em: < <http://www.econbiz.de/Record/brazil-ascendant-international-relations-and-geopolitics-in-the-late-20th-century-roett-riordan/10002704636> >. Acesso em: 27 nov. 2014.

ROETT, Riordan (2011). *The New Brazil*. Washington: Brookings Institution Press.

ROHTER, Larry (2012). *Brazil on the rise: the story of a country transformed*. New York: Macmillan.

ROUSSEFF, Dilma (2011). "Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York." Brasília, 21 set.

SCHNEIDER, Ronald M. (1976). *Brazil, Foreign Policy of a Future World Power*. Boulder: Westview Press.

110

SCHOEMAN, Maxi (2000). "South Africa as an emerging middle power." *African Security Review*, 9 (3), p. 47-58.

SCHOOYANS, Michel (1977). *Demain, le Brésil? Militarisme et technocratie*. Paris: Les Editions du Cerf.

SPEKTOR, Matias (2013). "A place at the top of the tree." *Finacial Times*, 22 fev.

VIGEVANI, Tullo, et al. (2011). "A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (83), p. 111-143. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000200005&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000200005&nrm=iso) >. Acesso em: 11 ago. 2015.

WENDT, Alexander (1999). *Social theory of international politics, Cambridge studies in international relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

WILSON, Dominic, PURUSHOTHAMAN, Roopa (2003). "Dreaming With BRICs: The Path to 2050." *Goldman Sachs, Global Economics Paper* (99), p. 1-24. Disponível em: < <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf> >. Acesso em: 2 fev. 2016.

WORCESTER, Donald Emmet (1973). *Brazil: from colony to world power*. New York: Scribner.

---

Recebido em 7 de abril de 2019  
Aprovado em 7 de maio de 2019  
<https://doi.org/10.31990/agenda.2019.1.4>